

História, Democracia e Liberdade Acadêmica

Entrevista com:



Sidney Chalhoub

Universidade de Harvard

Cambridge – Massachusetts - EUA

lattes.cnpq.br/7738861749701123

chalhoub@fas.harvard.edu



orcid.org/0000-0003-3636-2946

Entrevista concedida a



Emerson César de Campos

Universidade do Estado de Santa Catarina.

Florianópolis, SC – BRASIL

lattes.cnpq.br/2419746441768670

emerson.campos@udesc.br



orcid.org/0000-0002-1455-4528



<http://dx.doi.org/10.59652175180317462025e0301>



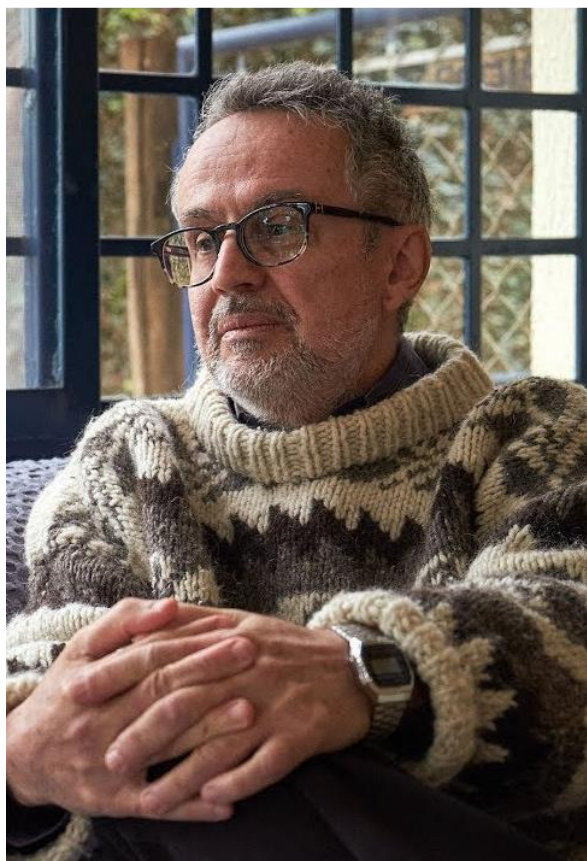
/tempoeargumento



@tempoeargumento



@tempoeargumento



O Professor Sidney Chalhoub lecionou História na Universidade Estadual de Campinas, Brasil, por trinta anos. Mudou-se para Harvard em julho de 2015. Historiador social do Brasil do século XIX e início do século XX, sua primeira monografia, *Trabalho, lar e botequim* (1986), é um estudo sobre a cultura da classe trabalhadora no Rio de Janeiro, baseado principalmente na análise de autos de homicídio. *Visões da liberdade* (1990) explora petições de pessoas escravizadas por liberdade e outros casos judiciais para compreender o papel dos escravizados no fim da escravidão no Brasil. *Cidade febril* (1996)

é uma história de epidemias no Rio de Janeiro do século XIX, com foco nas políticas de saúde pública relativas à moradia para os pobres, em como a raça influenciava o pensamento médico e na resistência popular à vacinação contra a varíola. *Machado de Assis, historiador* (2003) analisa a escravidão, a raça e a política da literatura na obra do mais importante romancista brasileiro de todos os tempos. *A força da escravidão* (2012) investiga as práticas de escravidão ilegal e a precariedade da liberdade no Brasil do século XIX. Chalhoub orientou 33 teses de doutorado concluídas, 23 dissertações de mestrado e 33 monografias de conclusão de curso. Foi professor visitante na Universidade de Michigan, professor visitante Tinker na Universidade de Chicago e pesquisador na Universidade Stanford e no Centro Internacional de Pesquisa “Trabalho e Ciclo de Vida Humano na História Global” (Re:work) na Humboldt Universität, em Berlim. Atuou em departamentos e administrações universitárias em diversas funções, talvez a mais notável seja a de diretor (1998-2008) do Arquivo Edgard Leuenroth na Universidade Estadual de Campinas, o mais importante arquivo do gênero para reunir materiais sobre movimentos sociais brasileiros do século XX. Foi fundador e permanece associado ao Centro de Pesquisa em História Social

da Cultura (CECULT) da Universidade Estadual de Campinas. Chalhoub foi presidente da delegação de investigação da Associação de Estudos Latino-Americanos (LASA) enviada ao Brasil para relatar o impeachment da presidente brasileira Dilma Rousseff (2016) e foi presidente da Associação de Estudos Brasileiros, BRASA (2022-4).

Entrevista concedida em 25 de junho de 2025, via Teams – videochamada (Campinas, SP – Watertown, MA).

Professor Chalhoub, muito obrigado por aceitar o convite para essa entrevista. A historiografia brasileira, em geral, costuma priorizar os cânones estabelecidos desde a Europa, em particular aqueles postos a partir da França, Inglaterra e Alemanha. Por que você teve interesse em trabalhar nos Estados Unidos? Aproveitando, pergunto se você poderia falar um pouco sobre o início desse interesse pelos Estados Unidos e, posteriormente, por Harvard?

Sidney Chalhoub: Começando pelo final da sua pergunta, a minha relação com os Estados Unidos em termos acadêmicos é muito antiga. Eu fiz parte da minha graduação em História numa pequena universidade, a Lawrence University, em Wisconsin. Então, é uma relação muito antiga, não é algo que surgiu nos últimos anos. Depois disso, e durante a minha carreira, realizei alguns estágios de pesquisa, que no Brasil geralmente se chamam pós-doutorados. O primeiro deles em 1991-92 na Universidade de Maryland, College Park, junto a um projeto de História da escravidão e da emancipação liderado pelo historiador norte-americano Ira Berlin. Fui professor visitante na Universidade de Michigan em três oportunidades: 1994, 1999-2000 e 2004. Lecionei na Universidade de Chicago em 2007. Na sequência, em 2010-11, fui para Stanford como pesquisador. Não ministrei aulas, mas terminei o livro “A força da escravidão” trabalhando na Bolivar House, Center for Latin American Studies (CLAS) de Stanford. Logo, a minha relação com os Estados Unidos e com a academia americana ocorreu ao longo de toda a minha carreira. E ainda mais, fui orientado por um professor norte-americano, Robert Slenes, radicado no Brasil, o que também me facilitou o contato com a academia norte-americana. Agora, Harvard surgiu de maneira totalmente inesperada. Nunca escolhi Harvard nesse sentido. Eu estava muito bem na UNICAMP, com o grupo todo com o qual trabalhava e trabalho até hoje no CECULT.

Harvard estava reconstruindo a área de História da América Latina no Departamento de História, pois ela havia basicamente desaparecido, devido sobretudo às aposentadorias de professores. Eles estavam em um processo de construção de uma área forte de História da América Latina. Já tinham contratado três professores na área, mas ainda precisavam de um professor que cobrisse o Brasil. Os primeiros contatos aconteceram em 2012. Eles fizeram uma coisa que é muito comum nos Estados Unidos: o Departamento formou um comitê, algo que nós chamaríamos de banca no Brasil. Essa banca, como ação primeira, escreveu para 12 ou 15 colegas, o número não consigo precisar, solicitando a eles que sugerissem nomes de pesquisadores e professores em História do Brasil os quais Harvard pudesse contactar e consultar sobre o interesse deles em concorrer a uma vaga. Imagino que esse tenha sido o primeiro passo. A partir dessa consulta à comunidade de pesquisadores *seniors*, eles chegaram a uma lista de três nomes. Eu era um deles. A presidente da banca entrou em contato comigo para verificar se eu aceitaria ser considerado para a vaga. Eu falei que sim, e então ela me convidou para ir à universidade, proferir uma palestra e passar três dias por lá. A visita aconteceu em fevereiro de 2013. O processo é sempre bastante lento. Enfim, eu fiz a visita à universidade, ministrei a palestra, e tive vários encontros com colegas e estudantes. Tudo deu certo e fui contratado em julho de 2015. Acredito que o interesse na minha contratação teve a ver com o conhecimento que havia, por alguns colegas do Departamento de História de Harvard, a respeito da importância da produção acadêmica sobre escravidão no Brasil. Eu penso que não seja uma coisa individual, pois como disse, havia um entendimento entre vários colegas do Departamento naquele período, que continuam nele hoje, de que a historiografia sobre escravidão no Brasil tem uma grande importância para a historiografia sobre a escravidão no Atlântico em geral, por mais que a circulação dessa produção brasileira seja um pouco limitada devido à dificuldade de tradução e publicação dos livros originalmente escritos em português. Se bem que isso vem mudando. Desse ponto de vista, acho que o interesse pela história social da escravidão também existia no Departamento, nos trabalhos de alguns colegas, como Walter Johnson e Vincent Brown. Também houve interesse grande na minha ida, por exemplo, por um outro colega, Sven Beckert, que trabalha mais numa perspectiva de história do capitalismo, não propriamente de história social, mas de história econômica. E o Departamento continuou se expandindo nessa área de história da escravidão, com a contratação de

outros professores ao longo do tempo, e hoje temos um grupo grande de professores com interesse em escravidão e raça em geral. Harvard tem um centro chamado Hutchins Center que trabalha com história da raça ao longo do tempo. Como parte do Hutchins Center, existe o Afro-Latin American Research Institute (ALARI), dirigido por Alejandro de la Fuente, um grande historiador da escravidão e da raça em Cuba. O ALARI congrega pesquisadores que estudam raça na América Latina. Nesses meus anos todos de Harvard, eu tenho trabalhado bastante com o Alejandro em várias iniciativas do ALARI. Então o meu trabalho se encaixou, na verdade, em coisas que já existiam em Harvard e me integrei em iniciativas que estavam se expandindo no período, especialmente o ALARI, que em realidade tinha acabado de ser criado quando cheguei a Harvard. Alejandro é quem toca o instituto, eu apenas colaboro com iniciativas na medida do possível, pois vários pesquisadores que eu recebo do Brasil são interessados em temas relacionados às questões raciais. Em geral, quando eles são vinculados a mim, eu busco integrá-los no ALARI, que os acolhe bem, visto que se relacionam com outros pesquisadores interessados em raça na América Latina. Sempre há um número significativo de brasileiros, mas também de pesquisadores de vários outros países da América Latina. Há um núcleo forte, atualmente, de gente que estuda questões raciais na Colômbia, por exemplo.

Professor, tivemos notórios brasilianistas, os quais percebendo nosso país por dentro, pesquisando e residindo nele, na maioria das vezes foram bastante colaborativos à historiografia brasileira. Recentemente, em um processo inverso, temos brasileiros pesquisando os Estados Unidos, sobretudo o período do pós-Segunda Guerra. Como você vê esse interesse de brasileiros em pesquisar os Estados Unidos, sobretudo nesse espaço pós-Segunda Guerra?

Sidney Chalhoub: Bem, eu não tenho conhecimento profundo da bibliografia brasileira sobre Estados Unidos. Tenho recebido, ao longo dos anos, alguns colegas com esse propósito e estudantes interessados em questões raciais nos Estados Unidos, com uma perspectiva de comparar com o Brasil. É um pouco uma inversão, evidentemente, de uma história pregressa em que muitos pesquisadores norte-americanos iam ao Brasil estudar questões raciais, talvez na tentativa de entender melhor o processo histórico dos próprios Estados Unidos. Vejo esse movimento como muito importante e positivo. Penso que a historiografia produzida

no Brasil tem uma característica, uma tendência, de focar questões do Brasil, o que é totalmente compreensível, visto o investimento que é necessário para estudar seriamente outros países. Isso é uma coisa que é muito marcante. Se eu for contrastar, digamos, a minha experiência no Brasil com a que vivo nos Estados Unidos, uma coisa que é muito importante e interessante de ver ao trabalhar num grande Departamento de História numa universidade como Harvard, e eu fui chefe do Departamento nos últimos três anos, logo aprendi bastante sobre como a instituição funciona, é a impressionante cobertura global do Departamento. Tenho colegas pesquisando praticamente todas as áreas do globo. E vários deles vindo de outros países, de outras regiões do mundo. Os estudantes de pós-graduação viajam para esses países, com o apoio financeiro da universidade. O investimento é muito grande para você ter especialista, ter gente do mesmo departamento com pesquisa empírica no Japão, na China, na Rússia, na América Latina toda, na África, na Europa. Esse grau de cobertura historiográfica é muito difícil de ser alcançado, pois se trata de cobertura mesmo, no sentido de que os estudantes de pós-graduação e os professores vão a esses lugares, pesquisar nos arquivos locais. E os períodos cobertos são muito distintos. Você tem medievalistas formados nos arquivos pertinentes na Europa, historiadores do Oriente Médio. Quer dizer, é uma cobertura grande, por isso é um Departamento grande, temos cerca de 50 professores. E os estudantes se formam estudando e realmente indo aos arquivos nessas diferentes regiões do globo. Isso é o tipo de coisa que, evidentemente, é muito difícil de se imaginar no Brasil, pois requer alto nível de investimento. Mas há vantagens e desvantagens, que com o tempo vamos percebendo. Eu acredito que temos algumas vantagens em nosso modelo limitado de recursos no Brasil. A principal vantagem, no caso americano, como eu disse, é essa cobertura. O Departamento oferece cursos sobre todas as regiões do planeta. Se você é um estudante interessado em história da China, você vai ter dois ou três cursos todo o ano que cobrirão o conteúdo da história chinesa em diferentes períodos. Por outro lado, isso leva a uma certa fragmentação do ponto de vista das aproximações metodológicas. Se você está num grande departamento de história no Brasil, grande parte das pesquisas serão sobre o Brasil, mas em compensação, os colegas vão se juntar mais facilmente em torno de determinadas aproximações. Então, por exemplo, você vai ter grupos estudando gênero ou estudando raça ou estudando história urbana, com diferentes aproximações

metodológicas, os quais são mais facilmente coordenados no interior dos departamentos, que são mais orgânicos. Em Harvard há uma grande dispersão nesse sentido. Veja, apesar de ter todos esses colegas que estudam escravidão com os quais eu tenho relações e às vezes colaborações específicas, a gente nunca se une em torno do tema escravidão, porque cada um está mais na sua região. Os historiadores da escravidão em Harvard se reúnem e trabalham com colegas e com estudantes que trabalham com escravidão nos Estados Unidos. Eu, por exemplo, estou mais ligado aos colegas que trabalham com raça, com escravidão, na América Latina, então é essa especialização regional que é uma característica dos departamentos dos Estados Unidos, ao menos o Departamento de História de Harvard é assim, mas acho que é uma característica mais geral. Se você está formando estudantes americanos que vão estudar América Latina, ou mesmo alguns que vêm da América Latina, por exemplo, os brasileiros que estudam no departamento de história de Harvard, com especialização em América Latina, eles precisam conhecer a história da América Latina, não é como estudar no Brasil. Eles têm que aprender espanhol direito, tem que conhecer a bibliografia sobre América Latina como um todo, porque em tese estão sendo preparados para ministrar aulas de América Latina nos Estados Unidos. Eles têm que conhecer a bibliografia desses outros países latino-americanos e isso é muito bom para eles, pois se tornam mais atentos às questões raciais na América Latina como um todo, o que ajuda a entender melhor o processo do próprio Brasil. Então, é uma situação estranha, porque você tem uma experiência de regionalização, mas por ser um Departamento com pesquisas sobre o mundo todo, você acaba sendo convidado o tempo inteiro a sair da sua especialidade regional e ir a eventos e ter conversas com pessoas que trabalham temas semelhantes aos seus em muitos outros lugares do globo. Enfim, ao mesmo tempo que você tem uma sensação de dispersão, que no Brasil a gente em geral não tem, porque os departamentos são muito voltados para o Brasil, essa dispersão abre perspectivas sobre questões que você estuda sobre o seu próprio país, mas que são pertinentes a muitos outros locais e períodos.

Você chegou para trabalhar em Harvard em 2015. Então você poderia discorrer um pouco sobre a democracia no Brasil e nos Estados Unidos naquela ocasião?

Sidney Chalhoub: Bem, talvez seja melhor começar a conversa sobre esse assunto narrando a minha experiência de desembarcar em uma universidade americana em 2015, e isso completou dez anos agora em julho de 2025. Nas questões de liberdade acadêmica nos Estados Unidos, em se tratando do período atual e em comparação ao Brasil, algumas coisas impressionam. Eu entendi rapidamente que tenho muito mais liberdade acadêmica no Brasil do que nos Estados Unidos. O meu exercício da liberdade acadêmica é muito mais problemático nos Estados Unidos, especialmente quando comparada à situação invejável que temos nas grandes universidades públicas brasileiras. Nos Estados Unidos o financiamento da atividade acadêmica se baseia em grande parte em doações provenientes de indivíduos, vários deles milionários ou bilionários. O *Brazilian Studies Program (BSP)*, por exemplo, que existe dentro do *David Rockefeller Center for Latin American Studies*, é financiado por doadores individuais e é assim nos vários centros da universidade onde se faz pesquisa sobre diferentes regiões do planeta. Há grandes – e pequenos — doadores que financiam as pesquisas sobre China, sobre Japão, sobre Turquia, o Oriente Médio, a América Latina e tudo mais. Por exemplo, o *BSP* é um programa generosamente financiado por doadores, alguns deles brasileiros e bem conhecidos. Mas eu notei desde o início que isso criava, por vezes, alguns desconfortos. Eu via na pessoa que dirigia o programa de Brasil em Harvard, na época, uma certa preocupação com assuntos políticos ou com determinadas perspectivas políticas que poderiam desagradar as pessoas que generosamente financiavam o programa. Isso se agravou, evidentemente, quando o Brasil desceu ao inferno. Eu cheguei nos Estados Unidos em julho de 2015, logo após a eleição presidencial de 2014. No segundo semestre de 2015 se aprofunda a crise econômica e política no Brasil. Em dezembro de 2015, o famigerado presidente da Câmara, nem vou dizer o nome dele, aceita a denúncia do impeachment e o Brasil entra em 2016 naquela crise. Sobre esse presidente da Câmara que abre o impeachment, o Supremo Tribunal Federal (STF) tinha informações a respeito de atos de corrupção dele, mas deixa o processo de impeachment correr solto e só vai prendê-lo depois que a Câmara vota a favor do impeachment, em abril de 2016, e depois aquilo chega ao Senado para ser votado no segundo semestre de

2016. Essa situação, eu percebi logo que era um problema enorme para mim, estando em Harvard, porque o BSP, por exemplo, não queria se envolver nesses assuntos. E eu imediatamente me envolvi nesses assuntos. Eu e vários colegas historiadores brasileiros percebemos que o que estava acontecendo no Brasil era um golpe, ou lemos aquilo como um golpe, e que no longo prazo poderia ser comparado com outros eventos da história brasileira. Os momentos de expansão de direitos são seguidos por uma reação violenta, por um *backlash*, como aconteceu no momento da abolição da escravidão que derrubou a monarquia. Aconteceu no início da década de 1960, quando o ativismo operário fortalecido na década de 1950, a expansão dos direitos trabalhistas (quer dizer, dos direitos da classe operária clássica) e as ligas camponesas acabaram provocando uma reação violenta, manifesta no golpe de 1964. No período posterior à Constituição de 1988, nos governos da década de 1990 em diante, o processo de acesso a direitos se aprofundou mais ainda, sobretudo a partir de 2002, com os governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Antes, em 1888, era simplesmente o direito de não ser mais escravo, depois houve a expansão dos direitos trabalhistas nas décadas de 1950 e 1960. O que se viu, e eu e vários historiadores conversávamos a respeito, foi um processo de reação contra essa expansão de direitos nas primeiras décadas do século XXI, simbolizado, por exemplo, nas ações afirmativas nas universidades, na expansão de direitos das trabalhadoras domésticas, nos direitos ligados à orientação sexual, e a tudo isso que se expande no Brasil do início do século XXI. A reação a isso é uma das principais motivações do impeachment e daquilo que se seguiu na história brasileira. Ora, eu estava nos Estados Unidos em 2016, e a *Latin American Studies Association (LASA)*, devido a preocupações manifestadas pelos seus associados, resolveu organizar uma *fact-finding mission*, para investigar o impeachment no Brasil, pois vários associados acharam que aquilo era um golpe contra a democracia brasileira. Fui convidado a presidir essa comissão. Bem, eu fiz esse trabalho, realizamos uma visita ao Brasil em julho de 2016, e eu comandava uma comissão de cinco membros, e mesmo com a minha presidência junto a ela, foi um trabalho muito difícil, pois a própria comissão não era uniforme, havendo nela ao menos dois membros que eram mais conservadores, que eram mais ligados aos políticos do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), que passara a apoiar o impeachment. A abertura do bueiro da política brasileira teve como um dos seus principais responsáveis o candidato derrotado na eleição de

2014, que fez pela primeira vez na história do período democrático no Brasil a “gracinha” de não aceitar o resultado da eleição. É verdade que Aécio Neves e outros ligados ao PSDB, com o tempo e pelo envolvimento deles no golpe do impeachment, pagaram com a própria vida política, tornaram-se irrelevantes. Quer dizer, eles acharam que, na verdade, dando o golpe do impeachment o PSDB voltaria ao poder, e acreditando nisso foram totalmente tragados pela extrema-direita, a ponto de não existirem mais politicamente. Mas enquanto esse processo estava acontecendo, eu como presidente dessa comissão da LASA, a minha relação se tornou difícil com quem dirigia o BSP em Harvard à época. Eu comecei a entender, na prática, que o financiamento privado das universidades americanas, em situações de crise como aquela, poderia tornar bastante delicada a atividade acadêmica e a atividade de cidadania, que eu sempre me vejo obrigado a fazer. Eu não podia ficar omissa enquanto o Brasil passava por um golpe político. Eu fui aprendendo. Esse modelo de financiamento não me levou a transigir em nenhum momento, continuei dizendo aquilo que eu achava que deveria dizer. Se eu estivesse começando a minha carreira nos Estados Unidos, talvez eu tivesse que pensar duas vezes para exprimir as minhas opiniões políticas. Cheguei em Harvard em uma situação privilegiada, muito avançado na carreira – num certo sentido, nada importa mais para mim. Eu falo o que quiser, tenho liberdade para dizer o que me parece certo. Se eu por algum motivo não puder mais atuar com liberdade, volto para o Brasil. Eu não corria riscos – como se diz em inglês – os *stakes* para mim eram muito baixos e eu não precisava negociar nada. É interessante que nesses dez anos eu aprendi muito sobre os limites da liberdade acadêmica nos Estados Unidos, focado nesse modelo de financiamento privado radical que eles têm, pois muito dinheiro de grandes doadores pode implicar em limites à liberdade. Devo dizer também claramente que eu nunca sofri qualquer pressão direta de nenhum doador que apoia os estudos brasileiros nos Estados Unidos. Eu nunca conheci nenhum deles, nunca busquei isso. Os meus estudantes sempre foram apoiados por esse dinheiro, então eu sou agradecido ao apoio que dão aos estudos brasileiros nos Estados Unidos. O desconforto era mais com quem dirigia o programa à época e se preocupava com o que os doadores iriam pensar. E isso, para mim, nunca é uma preocupação legítima. Aquilo que se deve fazer é aquilo que precisa ser feito. Não aquilo que você imagina que os doadores vão esperar que você faça. Eu jamais aceitarei me preocupar com isso, e eu fiz e faço o trabalho que tinha que ser feito. Mais recentemente, como

chefe de departamento, eu conheci o outro lado da moeda. Uma universidade como Harvard não depende apenas de doadores privados, mas também, e enormemente, do financiamento do governo federal. Isso numa situação que é muito diferente do Brasil, em que as universidades federais e estaduais dependem inteiramente de verbas públicas. Sabemos que a pesquisa acadêmica no Brasil é feita quase inteiramente nessas universidades públicas, e, no entanto, essa dependência de recursos públicos não tolhe a liberdade acadêmica dos profissionais dessas universidades. No caso de nossas universidades federais, a Constituição protege a liberdade acadêmica, então o comprometimento orçamentário não implica em controle didático, controle acadêmico e controle da liberdade acadêmica dos profissionais, o que, na minha opinião, é a situação ideal. Na verdade, quanto mais tempo fico nos Estados Unidos, mais entendo como o modelo brasileiro é eficaz do ponto de vista da garantia da liberdade acadêmica. Eu me acostumei a ter liberdade acadêmica no Brasil. Nos Estados Unidos, entendi que a liberdade acadêmica é restrita, e tais restrições podem comprometer em especial a carreira de pesquisadores jovens. Eu nunca me habituei a renunciar à liberdade acadêmica que eu tinha no Brasil. Assim, continuei a agir como se tivesse no Brasil, e você paga um preço por isso nos Estados Unidos. Aprendi muito também com a experiência de ser chefe do Departamento de História de Harvard por três anos. Por exemplo, a liberdade acadêmica nos Estados Unidos, quando ela existe, vale para tudo, menos para mostrar solidariedade aos palestinos e para criticar o estado de Israel. Há quase uma paranoia de interdição à crítica quanto à situação do Oriente Médio. Isso foi outra coisa que me causou problema nos últimos dois anos. Como cidadão do mundo, evidentemente, jamais poderia me eximir de expressar solidariedade aos palestinos que enfrentam uma situação de genocídio na Faixa de Gaza. Na realidade, como era o que estava mais próximo ao meu cotidiano, eu me juntei aos colegas que se solidarizavam com os estudantes que protestavam contra o que ocorria no Oriente Médio. A administração de Harvard condena e reprime manifestações pacíficas de estudantes e professores contra um genocídio em curso. Como aceitar isso? A situação só piorou nos últimos meses, pois o atual governo federal americano de fato criminaliza a expressão de solidariedade aos palestinos. A administração de Harvard não procede da mesma forma em relação a qualquer outro assunto. Em suma, do ponto de vista do exercício da liberdade acadêmica, a situação é muito complicada nos Estados Unidos. Já falei sobre doações privadas.

Quanto ao financiamento por parte do governo federal, ele não tem as garantias legais à liberdade acadêmica que existem no Brasil. Claro que há problemas no Brasil também. O governo anterior ao atual¹ estrangulou o orçamento das universidades federais e das agências de fomento, restringindo o financiamento à pesquisa e à infraestrutura das universidades, mas nunca conseguiu afetar a liberdade acadêmica dos professores e dos funcionários, inclusive por esses terem estabilidade no emprego, e portanto, não dependerem desse fluxo financeiro de quem estaria no governo no momento. Harvard está sendo obrigada a demitir uma quantidade significativa de pesquisadores, cujos laboratórios fecharam porque o governo federal, do dia para a noite, simplesmente cessou o financiamento à universidade. Penso que nos próximos anos isso vai resultar numa significativa desaceleração da atividade de pesquisa na universidade, por causa da dependência que ela tem do dinheiro federal, e que pode ser cortado repentinamente devido às escolhas ideológicas de quem preside o país. É interessante que a minha experiência acumulada nos EUA me fazia pensar que esta era uma sociedade de contratos, de respeito a contratos. Mas estão acontecendo coisas na atual realidade dos Estados Unidos que eu nunca havia imaginado, e gosto de imaginar que não aconteceriam no Brasil. Por exemplo, você tem contrato de pesquisa com uma determinada agência de fomento; se muda o presidente do país, era de esperar que ao menos se esperasse o prazo de cumprir os contratos em vigor para depois mudar as áreas prioritárias de financiamento à pesquisa. Nos Estados Unidos não, o presidente rompeu os contratos de sexta-feira para segunda. Você vive realmente um regime autoritário nos Estados Unidos nesse momento, com o presidente se comportando como candidato a ditador, a rei, ou seja lá o que for. A noção de domínio da lei nos Estados Unidos, no momento, está reduzida ao executivo fazer aquilo que quer e, caso você queira defender seus interesses, que vá à justiça. Evidentemente, entrar na justiça é caro e é para poucos. Ou seja, domínio da lei é o arbítrio do executivo, e aqueles que têm acesso a recursos que se defendam no judiciário. O resultado disso a gente ainda vai ver. Mas é um regime autoritário. Isso também revela a fragilidade do modelo de financiamento que depende de doadores e do governo federal, quando este a qualquer momento pode mudar de rumo. Essas duas coisas

¹ Chalhoub se refere ao período entre 2018 e 2022, sob o governo de Jair Bolsonaro e seus ataques às Instituições de Educação, o estrangulamento citado havia iniciado com o teto de gastos nas políticas de educação com a Emenda Constitucional (EC) 95 aprovada por Michel Temer em 2016.

combinadas –dependência de grandes doadores e governo federal isento de respeitar contratos — são fatais à liberdade acadêmica. A situação é muito complicada, muito periclitante e deve fazer com que no Brasil a gente reflita sobre as virtudes do sistema que temos, e sobre a melhor forma de defendê-lo. Repito, eu nunca tive tanta liberdade acadêmica nos EUA como tive no Brasil. Eu estava mal acostumado, por assim dizer, logo continuo a estranhar um sistema no qual a liberdade acadêmica é pressionada pelo interesse privado e por um governo federal disposto a intervir naquilo que as universidades fazem, de uma maneira direta e nociva. Eu mal consigo imaginar a situação para os colegas que estão começando a carreira nos EUA. Como é que você vai lidar com essa situação? Vai passar a vida toda pensando naquilo que você pode dizer que talvez possa desagradar o governo federal ou aos doadores de recursos para as pesquisas na sua área? Numa realidade dessa, a liberdade acadêmica fica ameaçada. Precisamos refletir sobre aquilo que fazemos corretamente em nosso país. E isso é uma coisa que está correta no Brasil, intelectuais não podem, em especial na nossa área de atuação, passar a vida navegando nesse mar de pressões, e temos que lutar para preservar isso. Não estou dizendo que a experiência acadêmica no Brasil não seja problemática em outros aspectos. Estou falando daquilo que alcançamos de garantias a partir da Constituição de 1988, porque, evidentemente, a liberdade acadêmica era zero no período da ditadura; a gente passou do zero para uma situação que me parece bastante virtuosa, e que deve ser defendida. Sabemos que as coisas podem mudar, e por isso a necessidade de estarmos atentos.

Você fez a graduação nos Estados Unidos, concluída em 1979, e no mesmo momento se viviam tempos bicudos no Brasil com a ditadura militar cerceando a liberdade de pensamento e a própria democracia. Como você percebe as práticas políticas tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos em relação ao chamado enfraquecimento da democracia? Como você vê a participação de Harvard nisso?

Sidney Chalhoub: Bem, como eu já comecei a falar na resposta anterior, os Estados Unidos, no momento, vivem um regime autoritário. Esse regime autoritário tem as suas características específicas, e uma delas muito importante no atual governo americano é a xenofobia. É visível a hostilidade a estrangeiros, e não apenas em relação aos imigrantes não documentados. Muitos dos imigrantes estão sendo antagonizados como

nós, que entramos legalmente no país, fizemos tudo certinho segundo a lei. A pressão, em várias das medidas que o governo norte-americano tem tomado, atinge diretamente a nossa possibilidade de permanecer no país, ou precisamos lidar com uma série de restrições e constrangimentos que não existiam antes e que não precisávamos considerar ao tomar a decisão de morar nos Estados Unidos por um tempo determinado ou de forma mais permanente. Nós, entre os documentados, somos relativamente privilegiados, pois outros estrangeiros também documentados estão sendo afetados diretamente pelas políticas do atual governo americano como, por exemplo, centenas de milhares de venezuelanos, de haitianos e de pessoas de outros países que vieram para os Estados Unidos com status de proteção temporária, com vigência de não sei quantos anos, cuja condição foi abruptamente revogada pelo atual governo, que os colocou numa situação de não documentados de um hora para outra, sem qualquer cerimônia, sem qualquer procedimento legal e direito à defesa. Algumas dessas medidas têm sido, por enquanto, obstaculizadas na justiça. A grande maioria de estudantes e pesquisadores estrangeiros que estão nos Estados Unidos fizeram tudo legalmente, e subitamente o governo decidiu que Harvard, por exemplo, não poderia mais abrigá-los, lançando-os potencialmente na ilegalidade e sob o risco de deportação. Então esse é um governo autoritário, que tem uma ideologia xenofóbica, com fundo de supremacia branca, quer dizer, um governo abertamente racista, inclusive na linguagem, e ele não esconde ou esconde muito mal a motivação racista da sua atuação. Ele lança à ilegalidade centenas de milhares de haitianos e venezuelanos, que estavam anteriormente em situação legal no país. Negam refúgio ou asilo político para essas pessoas, quando ao mesmo tempo eles o concedem a brancos sul-africanos. Até faria sentido dar asilo político a brancos em algum lugar, se estes estivessem sofrendo um processo de opressão identificável, mas as mensagens são coordenadas de modo a deixar claro a ideologia supremacista branca do regime. Nessa situação, o governo também utiliza o conflito no Oriente Médio para manipular as ocorrências de antissemitismo, que são reais, porém inflacionadas, insufladas – eu diria que o atual governo americano tem interesse em insuflar ou promover o antissemitismo, bem ao contrário do que apregoa. Ele manipula o antissemitismo, dizendo que, por exemplo, uma universidade como Harvard não merece o financiamento do governo federal, pois nela existiria um problema de antissemitismo entranhado no campus, que não é combatido. O governo utiliza essa

retórica que provoca na sociedade o aumento do antissemitismo. O governo mente em relação àquilo que acontece em uma universidade como Harvard. Existe antissemitismo em Harvard? Claro que existe. Assim como existe preconceito contra negros, preconceito contra hispânicos, contra muçulmanos, uma série de preconceitos contra pessoas trans, contra mulheres, existe isso tudo. A universidade, no entanto, tradicionalmente enfrenta esses problemas com projetos educacionais, e esses problemas não definem Harvard de jeito nenhum, pelo contrário. Nesses dez anos em Harvard, sempre me impressionou muito o investimento que existe em educar as pessoas para evitar que esses preconceitos se tornem cotidianos, a ponto de afetar a universidade de uma maneira que prejudique a atividade acadêmica. A universidade sempre tentou lidar com esses problemas. Ela não ignora os problemas, ela vai de encontro a eles, tenta controlá-los por meio da educação, da informação e por meio de um enfrentamento mais direto deles. Esse é o caso do antissemitismo, que não é estrutural em Harvard, não a ponto de justificar qualquer ação do governo federal contra a universidade. O que ocorre é a manipulação do antissemitismo por parte do governo federal para atingir a universidade. O governo utiliza os episódios de antissemitismo, que ele mesmo ajuda a provocar, e faz isso utilizando uma retórica que antagoniza parte da população em relação aos judeus. Eles acabam sendo vítimas de ataques e esses ataques são de novo, numa espécie de círculo vicioso, utilizados para alegar que o antissemitismo aumenta. Trump tem uma longa folha corrida de encontros com supremacistas brancos e com retórica e ações ligadas ao antissemitismo, então você está nessa situação totalmente surreal. Surreal, porque há vários absurdos nela, mas tudo coerente com um regime autoritário. Harvard é um dos principais bodes expiatórios do governo, mas todo o ensino superior nos Estados Unidos está sob ataque. Ainda sobre Harvard, a instituição não exerce liderança na resistência democrática de jeito nenhum. A administração de Harvard é bastante conservadora, e tem concedido ao governo federal mais do que deveria conceder. Ela própria parece ter aceitado essa representação do governo federal, de que o antissemitismo em Harvard é de alguma forma estrutural. A universidade fez dois estudos detalhados, que resultaram em dois relatórios: um sobre a presença de antissemitismo na instituição, e outro em relação aos preconceitos contra muçulmanos, árabes e palestinos. Os relatórios foram feitos e publicados simultaneamente, e provaram que existem episódios de antissemitismo em Harvard,

exacerbados depois de 7 de outubro de 2023, como sabíamos, e a respeito dos quais a universidade tem tomado providências para coibir. Mas os relatórios, lidos em conjunto, mostram que o preconceito e a hostilidade contra muçulmanos, árabes e palestinos é muito maior do que o preconceito contra os judeus na universidade. Os árabes, muçulmanos e palestinos se sentem menos à vontade em Harvard do que os judeus, segundo os relatórios. Um dos motivos é que a própria administração de Harvard tem uma política ativa contra o antissemitismo, e outra política ativa de hostilização aos árabes, muçulmanos e palestinos e a todos aqueles que se solidarizam com eles. Ela reprime manifestações políticas pacíficas em solidariedade aos palestinos, o que evidentemente faz com que essa comunidade se sinta hostilizada pela própria administração da universidade. A administração de Harvard tentou de todas as formas capitular diante do governo federal, e isso durante um bom tempo. Ela tomou várias iniciativas que visavam agradar o governo Trump. Harvard destituiu de seus cargos os diretores do *Center for Middle Eastern Studies (CMES)*, sem justificar publicamente aquilo que fazia. Hoje em dia se sabe que a universidade estava em negociação com o governo federal, para entrar em algum tipo de acordo e havia uma percepção, por parte de doadores e do governo, de que o CMES tinha uma programação de muita discussão sobre a questão da Palestina, e portanto, eles queriam que essa programação mudasse. Interrompeu-se uma colaboração com um hospital no West Bank, houve intervenção num programa acadêmico na Divinity School (unidade acadêmica de estudo de religiões). Além disso, Harvard criou novas regras para reprimir protestos. Também enfraqueceu os programas de promoção de diversidade, equidade e inclusão (DEI). Enfim, a universidade estava tomando uma série de medidas destinadas a chegar a um acordo com o governo federal, concedendo a ideia de que o antissemitismo era grave nela, pretendendo evitar o corte do financiamento federal à pesquisa. O governo Trump enviou uma carta que basicamente exigia que a universidade abdicasse de qualquer autonomia acadêmica em relação ao governo federal e se comprometesse com coisas com as quais jamais uma universidade poderia se comprometer. Isso por fim levou a universidade a processar o governo federal para tentar evitar esses cortes de financiamento. Ainda assim, a administração da universidade tem tomado uma série de medidas para manter as portas abertas a um possível acordo com o governo no futuro, e as notícias dizem que ela está negociando – enquanto conversamos, em julho de 2025. Como é possível

negociar com um governo autoritário como esse, cujos interesses em relação à universidade são claros? O interesse maior é subjugar-la, acabar com a liberdade acadêmica, e tentar estabelecer de alguma forma, em Harvard, a recepção a uma ideologia reacionária, e até de um supremacismo branco. Eles querem que a universidade deixe de se pautar por critérios de valorização da diversidade, da equidade e da justiça social, e passe a se orientar por um critério abstrato de mérito, que significa nada mais do que a volta do controle de homens brancos “bem nascidos”. É o risco para as universidades que se dobram à pressão do governo federal, quer dizer, a gente voltar ao conceito abstrato de mérito. Isso levaria a uma volta ao que a universidade era 30 ou 40 anos atrás, quando o professorado (assim como o alunato) era constituído quase exclusivamente por homens brancos. Harvard não poderia se permitir negociar com esse regime. É evidentemente uma traição aos valores da universidade. É preciso ficar atento para que Harvard não se torne, ao final desse processo, uma versão mais suave precisamente daquilo que o atual governo autoritário americano quer que ela se torne. A atual administração de Harvard nunca teve a intenção de liderar a resistência democrática. E só permanecerá na atual postura de não capitulação ao autoritarismo diante da pressão de estudantes, professores e funcionários que constituem a resistência democrática no interior da instituição.

O politicamente correto foi pensado inicialmente aqui nos Estados Unidos, na década de 1980, ligado diretamente aos movimentos pelos direitos civis e relacionado às lutas contra o preconceito racial. Desde o início das chamadas guerras culturais, o politicamente correto é confrontado pela alt-right, que no Brasil é chamada de extrema-direita. Como você percebe a censura e a liberdade de expressão nessa realidade de confrontamentos políticos?

Sidney Chalhoub: A questão de até que ponto essa ideologia, ou essas ideias em torno do politicamente correto, comprometem a liberdade acadêmica, precisa ser mais bem pensada. A universidade tem tentado lidar com essa questão e, segundo estudos que Harvard tem feito, alguns de seus estudantes afirmam ter receio de expressar abertamente algumas opiniões sobre assuntos tidos como controversos, tais como relações de gênero, raciais ou a questão da guerra no Oriente Médio. A universidade deve trabalhar no sentido de que todos se sintam à vontade para expressar as suas opiniões. Há também a queixa de que no corpo docente

da universidade predominam intelectuais progressistas, e esses acabariam cultivando o politicamente correto, que como dizem os conservadores, prevalece em Harvard. A queixa de que há poucos professores conservadores na universidade precisa ser interpretada, ou seja, o que isso significa? Hoje em dia, quando essa crítica vem do governo Trump, é muito importante pensar o que eles entendem que seria a presença conservadora na universidade. Porque dentro dessa coalizão de direita e de extrema-direita que sustenta o governo Trump existe, por exemplo, como secretário da saúde, equivalente ao ministro da saúde no Brasil, uma pessoa que não acredita em vacinas, na importância delas no controle de doenças diversas. Quando querem mais conservadores na universidade, eles estão querendo que pessoas que pensam como o atual secretário de saúde dos Estados Unidos ministrem aulas na escola de saúde pública de Harvard? É isso que eles querem? Se é isso, não vai acontecer nunca! Porque a universidade é um lugar de ciência. É um lugar de produção de conhecimento. Aí há uma confusão para qual é sempre muito importante chamar atenção, e que a extrema-direita promove com grande gosto: confundir liberdade de expressão com liberdade acadêmica. Na universidade, o valor que conta é a liberdade acadêmica. Isso significa o quê? Bem, primeiro, o que é a liberdade de expressão? Liberdade de expressão é o nosso direito de dizer aquilo que nós queremos onde quisermos. Então você vai no Twitter, no Facebook, no Instagram, onde quiser, e dá a sua opinião a respeito do que você quiser. As sociedades estão discutindo, a brasileira inclusive, até que ponto o direito à liberdade de expressão justifica você mentir, que você ataque as eleições, que promova o ódio. Mas nada disso se confunde com o tipo de liberdade que você tem direito de exercer dentro das universidades, enquanto você está atuando como produtor de conhecimento, pois é isso que fazemos na universidade, produzimos conhecimento. Numa universidade o que conta é a liberdade acadêmica, e ela não existe sem liberdade de expressão. Contudo, repito, não se deve confundir liberdade de expressão com liberdade acadêmica. Na universidade, eu tenho o direito de achar ou de opinar sobre qualquer coisa a respeito da qual eu esteja sustentado num discurso de conhecimento, num discurso de demonstração e prova. Não é qualquer opinião que vale na universidade. Vale o discurso baseado no conhecimento, no respeito a diferentes conhecimentos, e em diálogo entre eles. O que não vale é a mentira, nem tampouco a simples negação da ciência. Você não vai ministrar aula no departamento de saúde pública da universidade se você não acredita em

vacina, nem nas pesquisas que sustentam esse conhecimento, que é valioso à humanidade. Fiz pesquisas sobre saúde pública no século XIX, sei o quanto matavam doenças como varíola, sarampo, tuberculose, cólera, febre amarela, todas elas controláveis hoje com vacinas e/ou medicamentos. No século XIX, havia sociedades nas quais não se dava nome a uma criança até uma certa idade, porque a mortalidade infantil era tão alta que você não podia saber se a criança ia viver. A mortalidade infantil era 30%, 40%, 50% na primeira infância. Da mesma forma, você não vai contratar para o Departamento de História um professor que não acredite no Holocausto, ou um professor que sustente que para a eclosão da Guerra Civil Americana a escravidão não foi importante. Então, o que é que essas pessoas querem quando desejam conservadores na universidade? O que elas estão querendo dizer? Até onde vai a liberdade de expressão na comunidade universitária? Numa universidade, a liberdade de expressão está subordinada à liberdade acadêmica, pois é a última que nos permite expressar opiniões baseadas em discursos de demonstração e prova aceitas pela comunidade na qual você está inserido e em diálogo com ela. Se eu estou ministrando um curso sobre ideologias raciais e abordo o racismo científico, e há um estudante que acredita que os brancos são superiores, que existe uma raça ariana superior as outras raças, esse estudante deveria se sentir à vontade para expressar a sua opinião durante uma aula em Harvard, na minha sala de aula? Espero que não, e que ele aprenda que isso é uma bobagem que tem história, como todas as bobagens têm, e é apenas a história dessa ideia que deve nos interessar devido às consequências nefastas e violentas dela. Ou seja, existe muita onda em torno desse negócio, do politicamente correto, e a extrema-direita sabe se aproveitar disso. Às vezes eu desconfio que a crítica ao politicamente correto é apenas uma ânsia de poder emitir opiniões baseadas no preconceito e na ignorância. E se é isso que você quer, a universidade não é o seu espaço. Realmente, não é o seu espaço. Precisamos entender até onde essa onda vai. Eu acredito que existam excessos, é claro que existem opiniões conservadoras baseadas em conhecimento rigoroso, que se justificam, e que nos desafiam, logo é importante estar aberto a discuti-las. Mas a pressão contra o chamado politicamente correto não está vindo desse lugar, ou não principalmente daí. A pressão vem da extrema-direita, que confunde liberdade de expressão com liberdade acadêmica, que sequer entende o que seja liberdade acadêmica.

Quando combinamos essa entrevista, você disse que já havia concedido outras várias e que dificilmente teria algo a acrescentar. Contudo, me permita voltar a uma das mais recentes, ocorrida em 2021², na qual você fala da admiração que tinha, entre outros professores, por Manuel Maurício de Albuquerque, que pouco antes de seu trágico falecimento, comentou seu afastamento da docência na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que aquilo foi para ele uma morte lenta. Como é perceber hoje a função de professor longe dessa morte lenta citada?

Sidney Chalhoub: Bem, a minha relação com Manuel Maurício de Albuquerque, se eu me recordo bem, se deu quando voltei dos Estados Unidos, em 1979. Eu estava formado, mas tinha que revalidar meu diploma americano. Para dar um certo contexto, eu tinha feito o início da universidade na UFRJ, e depois quando concluí o curso nos Estados Unidos, voltei ao Brasil. A minha volta coincidiu com a anistia de 1979. Quando eu comecei a tomar iniciativas para revalidar o meu diploma de graduação, uma professora especificamente, que estava encarregada de julgar o caso, começou a colocar uma série de obstáculos. Você sabe que a graduação dos Estados Unidos é muito diferente do Brasil, lá há muito mais liberdade na escolha de disciplinas a cursar, há menos especialização no curso de graduação. Então a professora olhava as disciplinas que eu tinha feito nos Estados Unidos e dizia assim, “não, eu não posso dar um parecer favorável à revalidação do seu diploma, porque você não cursou História do Brasil”. Eu explicava para ela que havia estudado nos Estados Unidos e que lá a história nacional é História dos Estados Unidos. Era muito difícil. Era a época em que a universidade vivia sob intervenção. O que que eu fiz, então? Comecei a fazer disciplinas que eu imaginei que iriam me exigir que fizesse. Teria que completar a minha formação fazendo uma porção de disciplinas. Foi sorte minha essa situação, pois os professores que estavam exilados ou afastados da universidade, como Maria Yedda Linhares e Eulalia Maria Lahmeyer Lobo, por exemplo, tinham acabado de voltar ao Brasil. Já Manuel Maurício de Albuquerque, talvez porque fosse muito jovem quando aconteceu o golpe, não teve a mesma oportunidade de sair do país e encaminhar bem a carreira, como fizeram as professoras Eulalia e Maria Yedda, por exemplo. Ele ficou no Brasil e ministrava aula em cursinho vestibular, uma vez que foi afastado da universidade. Quando

² A entrevista citada é Botelho Briglia Habib, P. A., & Cezar de Souza Lima, S. (2021). Entrevista com Professor Sidney Chalhoub (Harvard University). *Revista Maracanan*, (27), 21–43. Disponível no link <https://doi.org/10.12957/revmar.2021.60953>

ele falou sobre a morte lenta, numa entrevista, ele estava se referindo a essa experiência de afastamento. Como eu cresci no Rio de Janeiro, ouvia falar dos professores famosos dos cursinhos, e Manoel Maurício era o maior entre eles. Ele era um professor famosíssimo. Eu, como estudante de segundo grau, conhecia Manuel Maurício de Albuquerque pelas histórias que se contavam sobre ele na cidade. Não sei se eu contei a seguinte estória nessa entrevista à qual você se refere. Dizia-se que, certa vez, o diretor do cursinho no qual Manoel Maurício lecionava estava insatisfeito com os resultados dos estudantes no vestibular simulado recentemente realizado. Esse diretor fez uma reunião com os professores e disse mais ou menos o seguinte: O que está acontecendo? Os resultados estão muito ruins, vocês têm que se virar para fazer esses estudantes prestarem atenção na aula e terem o melhor resultado! Aqui no meu cursinho eu só não admito bicha e comunista'. Manuel Maurício se levantou e foi embora da reunião. Havia pessoas que desejavam entrar na aula dele somente para vê-lo lecionar. Quando veio a anistia e Manoel Maurício foi reintegrado à UFRJ, vi esse professor, a pessoa mais bem sucedida naquele meio dos cursinhos, dizer numa entrevista que aquela experiência de afastamento da universidade tinha sido uma morte lenta. Isso eu nunca esqueci. Quando comecei a ter que fazer disciplinas, evidentemente tinha uma aula de História do Brasil com Manuel Maurício, e eu me matriculei nela. E fui fazer aula com Manuel Maurício, não no cursinho, mas na UFRJ. Ele viveu poucos anos, depois que voltou para a UFRJ. Teve um enfarte fulminante numa livraria, no centro do Rio, que ele frequentava. Gosto de imaginar que Manuel Maurício teve um infarto de felicidade, porque ele tinha voltado à universidade de onde nunca devia ter saído. As aulas dele eram fascinantes. Ele continuava ministrando as aulas do mesmo jeito, com o mesmo carisma. Mas enfim, o que eu queria dizer é que Manuel Maurício foi um dos que sofreu a repressão da ditadura. Alguns puderam se exilar, outros tiveram que ficar. Manuel Maurício ficou e foi bem-sucedido naquilo que ele teve que fazer. Ele não teve as oportunidades que alguém como eu teve na vida. Foi por causa da luta desses professores durante a ditadura, e depois, quando voltaram do exílio, que se construiu o sistema de Pós-Graduação em História que temos hoje no país. Eu participei da primeira geração de estudantes que se beneficiou diretamente da volta da liberdade, do esforço de reconstrução do processo de formação de historiadores no país. Eu me sinto extremamente sortudo, privilegiado e agradecido por ter visto esse

processo acontecer como estudante. Fui de uma primeira geração de estudantes, depois que o regime começou a se abrir, que pôde ir aos arquivos, produzir conhecimento histórico em liberdade dentro do país e usufruir de uma carreira inteira, na qual já estou há bem mais de 40 anos. Uma carreira inteira em um regime de liberdade acadêmica que contrasta com o que tenho visto nos Estados Unidos nos últimos dez anos. Sou agradecido ao Manuel Maurício e a essa geração que voltou do exílio para organizar, no Rio de Janeiro e em São Paulo, os programas de Pós-Graduação em História, que depois se generalizaram e hoje estão em todas as regiões do país. Professores incríveis. As aulas com Maria Yedda Linhares, que tinha estado na França durante mais de uma década de exílio, eram memoráveis. Ela ensinava, por exemplo, os métodos de história agrária que ela tinha aprendido com os grandes historiadores franceses. Robert Slenes, que foi meu orientador na pós-graduação, instigou em toda uma geração de historiadores da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) o gosto de ir a arquivos e cartórios para estudar processos judiciais, inventários e outras fontes que transformaram nossa historiografia sobre a escravidão. O professor Ciro Flamarion Cardoso, na UFF e na UFRJ, também trabalhava com escravidão, enfim todos eles foram muito importantes. E isso tanto do ponto de vista da luta política deles, quanto da construção institucional, na qual eles se engajaram no final da década de 1970 e durante toda a década de 1980, e depois. Eu me beneficieei muito disso. Permitiu-me uma carreira que teria sido impossível de sonhar se eu tivesse começado na década de 1960, por exemplo.

Na mesma citada entrevista você disse que “é interessante como o registro do tempo é diferente, a depender da perspectiva. Os economistas chamam a década de 1980 de perdida e, no entanto, a lembrança que eu tenho daquele tempo é que a gente acreditava no futuro, acreditava que a ditadura ia embora, que havia uma perspectiva positiva”. Você poderia falar um pouco daquele período relacionando-o ao nosso tempo presente?

Sidney Chalhoub: De fato há esse contraste entre como os economistas falam da década de 1980 e como eu acho que se deva falar dela. Lógico que era uma época horrível de se viver do ponto de vista da vida econômica. Eu vivi a hiperinflação. Recebia o salário e tinha que correr para o mercado e comprar tudo o que não estragaria a médio e longo prazo, porque 15

dias depois o salário estaria valendo a metade, então eu entendo o que os economistas dizem. Contudo, do ponto de vista político, foi a década mais criativa que eu vivi. Houve outras décadas muito criativas na história do Brasil. Foi muito excitante, provavelmente, ter vivido a década de 1880, a luta toda contra a escravidão e a discussão sobre o regime e tudo mais. Porém, a década de 1980 foi a mais criativa que eu vivi, e provavelmente uma das mais criativas na história do Brasil. Ela nos deu a Constituição de 1988, que é ainda uma peça fundamental para qualquer pauta progressista, de justiça social, na sociedade brasileira, mesmo considerando todos os seus limites. A Constituição de 1988 consegue dar um equilíbrio entre as diferentes forças e tem nos assegurado do ponto de vista da civilização. Houve a manutenção mínima das instituições funcionando, mesmo com todos os problemas, mas existe aí um equilíbrio e um certo limite ao barbarismo reacionário que tem a ver simplesmente com a defesa dessa institucionalidade que temos de valorizar. Você pergunta como eu vejo a situação de hoje em comparação com a década de 1980. A última década, com essa emergência de forças conservadoras, muitas delas reacionárias, foi preocupante. E a diferença que eu vejo entre o conservador e o reacionário é de que o conservador é aquele que tem uma visão diferente da minha, a respeito de como construir o futuro. É uma visão da qual eu posso discordar, mas devo respeitar. Já a visão reacionária é destrutiva. É aquela visão do Trump de destruir o Estado. É a visão bolsonarista no Brasil, é uma visão destrutiva. Não tem uma visão de futuro, apenas o desejo de vantagem pessoal e de destruição das instituições, pois não existe proposta de construção institucional que faça sentido. Então se você observar o que aconteceu nessas últimas duas décadas, você pode ficar desencantado com o fato, por exemplo, de que os conservadores acabaram sendo engolidos por esse reacionarismo destrutivo. Porém, ocorreram muitos avanços no Brasil nas últimas duas décadas. Foi incrível a implantação das ações afirmativas nas universidades brasileiras. Isso mudou o perfil dos nossos estudantes em muitos lugares, quer dizer, houve uma expansão do sistema que ocorreu basicamente durante os dois primeiros governos do Lula. E houve um acolhimento de estudantes de diferentes classes sociais, de raças diferentes. Eu lembro que algum tempo atrás fiquei impactado com uma notícia que veio da Unicamp, onde ensinei durante 30 anos, e na graduação havia pouquíssimos estudantes não brancos, pouquíssimos mesmo. Pela primeira vez, no vestibular da Unicamp,

segundo a tal notícia, os estudantes que ingressaram no curso de História se autoidentificaram em mais de 50% como não brancos. Isso é uma mudança enorme. Você vê na televisão uma grande quantidade de apresentadores e comentaristas que são intelectuais negros muito bem formados, que trazem uma visão diferente sobre as coisas, o que é muito importante. É significativo agora o número de colunistas nos grandes jornais brasileiros que são intelectuais negros. Essas pessoas tiveram acesso à formação e têm tido espaço, pois não basta ter acesso à formação, você precisa ter espaço profissional. Então o país mudou muito, e para melhor, nas últimas duas décadas. Eu acredito inclusive que a derrota do Bolsonaro, em 2022, só foi possível porque na própria sociedade brasileira houve uma abertura de espaço para essas diferentes vozes. Foi um choque inclusive para os setores da grande mídia, lidar com o caráter destrutivo dessa direita bolsonarista no poder. Se abriu espaço para pessoas que normalmente não teriam espaço, e acho que houve aí uma coalizão possível, que não é só a tradicional dos partidos progressistas, mas também que se abriu muito mais para questões raciais, questões de gênero que se incorporaram ao repertório do progressismo de uma maneira muito mais intensa do que ocorria antes, durante os governos anteriores da própria esquerda. Eu penso que nós não estamos numa situação de desesperança, pelo contrário. Acredito que é uma luta difícil, o futuro é incerto, a gente não sabe o que vai acontecer. Mas há também muitas forças poderosas na sociedade brasileira caminhando no sentido de defender a justiça social, a diversidade, de se opor a esse reacionarismo destrutivo, e que pode permitir uma ampliação dessa coalizão, para que ela continue a derrotar democraticamente em eleições, e por meio do cumprimento da lei, essas forças destrutivas que existem e são fortes, mas que não são majoritárias e podem ser derrotadas pelas forças democráticas. Essas forças destrutivas querem qualquer coisa, menos a democracia. É muito importante que o processo em curso agora de punição aos golpistas vá adiante, que não haja anistia, que a lei valha para eles e que eles respondam pelos crimes que cometeram. Não acredito que estejamos num lugar ruim. Mesmo quanto aos Estados Unidos eu não sou pessimista. Acredito que no médio prazo essas forças destrutivas do governo Trump serão derrotadas de novo, como já foram antes, e pela democracia eleitoral, que acaba sendo um bem básico, quando é possível manter a lisura do processo. Também sou otimista quanto a Harvard, a instituição na qual trabalho há dez anos, muito generosa, que

está passando por um momento em que está cedendo a pressões às quais não devia ceder, mas que também carrega forças políticas positivas suficientes para reencontrar um caminho mais democrático em futuro próximo.